Demonstrações Financeiras

State Grid Brazil Holding S.A.

31 de dezembro de 2016 com Relatório do Auditor Independente

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações dos resultados	
Demonstrações dos resultados abrangentes	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	
Demonstrações dos fluxos de caixa	
Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada)	



Centro Empresarial PB 370 Praia de Botafogo, 370 5° ao 10° andar - Botafogo 22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Tel: (5521) 3263-7000 ev.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas e Diretores da **State Grid Brazil Holding S.A.** Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da State Grid Brazil Holding S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da State Grid Brazil Holding S.A em 31 de dezembro de 2016, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.



Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- · Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 10 de março de 2017.

ERNST & YOUNG

Auditores Independentes S.S.

CRC-2SP015199/F-6

Gláucio Dutra da Silva

Contador CRC-1RJ090174/O-4

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		2016		20	15
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	7	397.333.036	838.620.969	81.525.207	309.631.021
Concessionárias e permissionárias	9	-	122.623.293	-	117.371.604
Contas a receber - aluguéis	19	5.194.889	5.097.408	3.387.775	3.294.372
Impostos a recuperar	10	2.554.432	31.272.283	16.733.537	60.733.620
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	933.003.857	-	931.669.190
Adiantamentos a fornecedores		432.191	11.717.457	197.541	7.236.725
Estoques		-	29.275.924	-	41.460.465
Dividendos a receber	13	113.303.416	31.689.769	112.829.931	12.349.023
Outros ativos circulantes		105.264	14.999.012	56.446	10.202.099
		518.923.228	2.018.299.972	214.730.437	1.493.948.119
Ativo não circulante					
Títulos e valores mobiliários	8	-	54.751.984	-	52.132.551
Ativo financeiro amortizável e indenizável	12	-	5.299.197.310	-	4.633.720.491
Empréstimos a receber - partes					
relacionadas	11	636.942.003	636.942.003	334.929.622	278.548.556
Outros ativos não circulantes		174.188	42.054.602	133.691	37.477.461
Investimentos	13	6.795.494.394	2.689.027.464	4.587.548.333	1.733.692.187
Investimentos disponíveis para venda	19.1	40.467.228	40.467.228	35.492.843	35.492.843
Propriedade para investimento	14	92.855.948	92.855.948	94.815.276	94.815.276
Imobilizado	15	117.230.860	132.190.467	120.210.028	131.681.756
Intangível	16	9.717	145.938.906	16.988	157.421.301
-		7.683.174.338	9.133.425.912	5.173.146.781	7.154.982.422
Total do ativo		8.202.097.566	11.151.725.884	5.387.877.218	8.648.930.541

Balanços patrimoniais 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		2016		2015	
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Passivo					
Passivo circulante					
Fornecedores - terceiros		130.592	34.499.364	3.519.215	12.677.061
Fornecedores - partes relacionadas		-	323	-	15.037
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	87.900.898	-	115.007.124
Empréstimos - partes relacionadas	17	4.099.384	255.652.841	4.372.309	318.052.305
Tributos e contribuições sociais		973.674	234.933.457	3.120.370	107.657.235
Taxas regulamentares	18	=	44.072.252	=	41.369.141
Dividendos propostos	21	109.374.421	109.374.421	84.318.614	84.318.614
Outros passivos circulantes		122.773	21.154.458	111.328	14.846.944
		114.700.844	787.588.014	95.441.836	693.943.461
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	=	774.521.317	=	746.771.696
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.195.971.748	3.101.642.624	2.385.908.170	3.705.632.408
Outras contas a pagar - partes relacionadas		-	98.974	-	2.162.607
Outras provisões - compensação ambiental		-	17.164.759	-	19.287.084
Impostos diferidos		5.156.001	490.480.140	3.770.044	493.043.188
Provisão para contingências	20	289.054	49.470.142	271.742	46.224.397
Outros passivos não circulantes		2.053.233	46.833.228	1.297.646	40.677.920
		2.203.470.036	4.480.211.184	2.391.247.602	5.053.799.300
Patrimônio líquido	21				
Capital social		5.803.484.360	5.803.484.360	3.862.386.500	3.862.386.500
Reserva legal		5.274.907	5.274.907	-	-
Retenção de lucros		75.167.419	75.167.419	_	-
Prejuízo acumulado		-	-	(961.198.720)	(961.198.720)
,		5.883.926.686	5.883.926.686	2.901.187.780	2.901.187.780
Total do passivo e do patrimônio líquido		8.202.097.566	11.151.725.884	5.387.877.218	8.648.930.541

Demonstrações dos resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		2016		20	15
	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita operacional líquida Custo da operação	23 24	9.301.392 (4.818.863)	1.336.812.868 (507.947.023)	9.012.491 (1.959.328)	1.104.439.267 (250.260.855)
Lucro bruto		4.482.529	828.865.845	7.053.163	854.178.412
Despesas gerais e administrativas Outras receitas operacionais líquidas	25 26	(28.676.991) 22.811	(119.776.928) 16.716.700	(31.599.479)	(102.282.562) 12.670.239
Lucro antes do resultado financeiro		(24.171.651)	725.805.617	(24.546.316)	764.566.089
Resultado financeiro Receita financeira Despesa financeira	27	351.878.995 807.384.068 (455.505.073)	518.301.015 1.344.207.436 (825.906.421)	(967.992.785) 398.850.798 (1.366.843.583)	(1.683.992.328) 658.776.181 (2.342.768.509)
Equivalência patrimonial	13.2	741.848.286	34.734.565	(67.587.691)	40.923.331
Resultado antes dos impostos		1.069.555.630	1.278.841.197	(1.060.126.792)	(878.502.908)
Imposto de renda e contribuição social	22	(2.858.773)	(212.144.340)	(3.052.200)	(184.676.084)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)

Demonstrações dos resultados abrangentes Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016		20	15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	1.066.696.857	1.066.696.857	(1.063.178.992)	(1.063.178.992)

Demonstrações das mutações d17o patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

			Reserva de	lucros		
	Capital social	Capital a integralizar	Reserva legal	Retenção de lucros	Lucro acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2014	2.494.172.500	-	9.740.371	92.239.901	-	2.596.152.772
Prejuízo do exercício Aumento de capital conforme AGE de 13 e outubro de 2015 Aumento de capital conforme AGE de 11 de novembro de 2015 Absorção de prejuízo	470.000.000 900.000.000	- - (1.786.000) -	- - - (9.740.371)	- - (92.239.901)	(1.063.178.992) - - - 101.980.272	(1.063.178.992) 470.000.000 898.214.000
Saldo em 31 de dezembro de 2015	3.864.172.500	(1.786.000)	<u>-</u>	<u>-</u>	(961.198.720)	2.901.187.780
Lucro líquido do exercício Integralização de capital social a integralizar Aumento de capital conforme AGE de 18 de março de 2016 Aumento de capital conforme AGE de 23 de maio de 2016 Aumento de capital conforme AGE de 22 de agosto de 2016 Aumento de capital conforme AGE de 10 de novembro de 2016 Constituição da reserva legal Destinação de lucros acumulados a reserva de lucros Dividendos propostos	421.157.000 240.000.000 897.299.860 380.855.000	1.786.000 - - - - - - - -	- - - - - 5.274.907 -	- - - - - 75.167,419 -	1.066.696.857 - - - - (5.274.907) (75.167.419) (25.055.811)	1.066.696.857 1.786.000 421.157.000 240.000.000 897.299.860 380.855.000
Saldo em 31 de dezembro de 2016	5.803.484.360		5.274.907	75.167.419		5.883.926.686

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes dos impostos	1.069.555.630	1.278.841.197	(1.060.126.792)	(878.502.908)
Itens de resultado que não afetam o caixa				
Equivalência patrimonial	(741.848.286)	(34.734.565)	67.587.690	40.923.331
Juros e variações monetárias dos empréstimos	(372.052.586)	(507.346.424)	992.758.043	1.743.025.469
Depreciação e amortização	5.005.841	7.195.645	5.023.668	6.111.381
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(2.856.767)
Provisão para contingências	17.312	9.386.601	111.503	3.646.866
Provisão para compensação ambiental	=	(2.122.327)	-	7.168.133
Atualização de investimento disponível para venda	(4.974.385)	(4.974.385)	(4.156.283)	(4.156.283)
Outros	755.581	16.737.370	-	-
(Aumento) redução nos ativos				
Concessionárias e permissionárias	_	(5.250.113)	_	3.625.704
Contas a receber	(1.807.114)	(1.803.036)	(1.076.203)	(1.076.203)
Ativo financeiro amortizável e indenizável	(1.007.114)	(666.811.484)	(1.070.203)	(1.070.203)
Estoques		12.184.324	_	(11.763.374)
Impostos a recuperar	14.179.105	29.461.339	10.368.455	16.789.761
Adiantamentos a fornecedores	(301.125)	(10.066.925)	(70.991)	936.097
Outros ativos	(22.839)	(3.789.227)	53.479	(11.298.762)
Cutios utivos	(22.000)	(0.700.227)	00.470	(11.230.702)
Aumento (redução) nos passivos				
Fornecedores	(3.388.623)	21.906.565	2.961.864	(1.748.638)
Tributos e contribuições sociais	(2.848.764)	15.208.452	3.832.517	(100.128.175)
Juros pagos	(70.307.701)	(187.085.087)	(56.806.196)	(180.130.567)
Taxas regulamentares	-	2.703.110	-	9.384.937
Outros passivos	1.797.446	(2.318.031)	1.931.383	4.722.792
Impostos pagos	(770.748)	(102.661.496)	(3.631.623)	(125.657.791)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades operacionais	(107.011.256)	(135.338.497)	(41.239.486)	362.810.136
Fluxo de caixa das atividades de investimento	00 405 005		400 000 470	
Dividendos recebidos	86.405.005	-	129.829.172	-
Dividendos intermediários recebidos	(050 040 405)	(247.744.000)	59.614.779	(204.070.000)
Empréstimos a receber	(258.648.195)	(317.744.000)	(301.975.560)	(301.978.098)
Aquisição de imobilizado e intangível	(60.075)	-	(2.040.230)	(17.844.893)
Baixa de imobilizado e intangível Títulos e valores mobiliários	-	(2.619.433)	-	38.944.121
Aquisição de investimentos	(1.552.976.265)	(939.941.461)	(1.117.959.566)	(1.051.298.983)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de	(1.552.976.265)	(939.941.401)	(1.117.939.300)	(1.031.290.903)
investimento	(1.725.279.530)	(1.260.304.894)	(1.232.531.405)	(1.332.177.853)
mvestimento	(1.725.275.550)	(1.200.304.034)	(1.232.331.403)	(1.332.177.033)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	1.939.311.860	1.939.311.860	468.214.000	468.214.000
Empréstimos captados	208.786.755	272.526.247	365.302.858	489.720.358
Empréstimos pagos	-	(287.204.769)	-	(565.319.628)
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de		· ,		
financiamento	2.148.098.615	1.924.633.338	833.516.858	392.614.730
	045 005 055	F00 000 0 :-	(440.054.055)	/FT0 TE0 05-1
Variação do saldo de caixa e equivalentes de caixa	315.807.829	528.989.947	(440.254.033)	(576.752.987)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	81.525.207	309.631.021	521.779.240	886.384.008
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	397.333.036	838.620.968	81.525.207	309.631.021

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

1. Informações gerais

A State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH" ou "Companhia"), com sede à Av. Presidente Vargas, 955, Sala 1.601, Centro, Rio de Janeiro, Brasil é uma Companhia privada de capital fechado e foi constituída em 28 de abril de 2010 tendo como objetivo principal a participação societária em outras empresas. As controladas e controladas em conjunto nas quais a SGBH investe estão apresentadas nas notas explicativas 3 e 4.

A Companhia é subsidiária da Top View Grid Investment Limited com 0,00001% de participação e da International Grid Holdings Limited (IGHL) com 99,9999% de participação. Estas empresas são subsidiária da State Grid Corporate of China (SGCC), localizada em Pequim, na República Popular da China.

2. Base de preparação e apresentação

As demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas ("demonstrações financeiras") foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (*IFRS*) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (*IASB*).

As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor e apresentam arredondamentos em algumas apresentações. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos apresentados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

As demonstrações financeiras foram autorizadas pela Administração em 10 de março de 2017.

2.1. Estimativas e premissas

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com diversas bases de avaliação utilizadas em estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas pelo menos anualmente.

2.2. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A moeda funcional da Companhia e suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

2.3. Classificação circulante versus não circulante

A Companhia e suas controladas apresentam ativos e passivos no balanço patrimonial com base na classificação circulante e não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando: se espera realizá-lo ou se pretende vendê-lo ou consumi-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou se representar caixa ou equivalentes de caixa.

Um passivo é classificado no circulante quando se espera liquidá-lo no ciclo operacional normal, for mantido principalmente para negociação, se espera realizá-lo dentro de 12 meses após o período de divulgação ou não há direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por, pelo menos 12 meses. Os demais ativos e passivos são classificados no não circulante.

3. Bases de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da SGBH e das controladas, as quais:

	% de par	Data de	
Razão social	2016	2015	aquisição
SGBH Expansão Participações Ltda. ("SGBH- E") (i)	100	100	21/06/2010
SGBH Transmissão Participações Ltda. ("SGBH-T") (i)	100	100	21/06/2010
Expansion Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("ETEE") (i)	100	100	15/12/2010
Expansion Transmissão Itumbiara Marimbondo S.A. ("ETIM") (i)	100	100	15/12/2010
Itumbiara Transmissora de Energia S.A. ("ITE") (ii)	100	100	15/12/2010
Ribeirão Preto Transmissora de Energia S.A. ("RPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Poços de Caldas Transmissora de Energia S.A. ("PCTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra da Mesa Transmissora de Energia S.A. ("SMTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Serra Paracatu Transmissora de Energia S.A. ("SPTE") (ii)	100	100	15/12/2010
Araraquara Transmissora de Energia S.A. ("Araraquara") (iii)	100	100	14/12/2012
Catxerê Transmissora de Energia S.A. ("Catxerê") (iii)	100	100	14/12/2012
Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. ("PPTE") (iii)	100	100	14/12/2012
Linhas de Transmissão do Itatim S.A. ("Itatim") (iii)	100	100	14/12/2012
Iracema de Transmissora de Energia S.A. ("Iracema") (iii)	100	100	14/12/2012
Marechal Rondon Transmissora de Energia S.A. ("MRTE") (iv)	100	100	18/11/2013
Atlântico Concessionária de Transmissão de Energia do Brasil S.A. ("ACTE") (v)	100	100	01/07/2015
Linhas de Transmissão de Montes Claros S.A. ("LTMC") (vi)	100	100	01/07/2015
Xingu Rio Transmissora de Energia S.A. ("XRTE") (vii)	100	100	07/08/2015
Canarana Transmissora de Energia S.A ("CNTE") (viii)	100	100	27/04/2016
Paranaíta Ribeirãozinho Transmissora de Energia S.A. ("PRTE") (viii)	100	100	27/04/2016

- (i) A SGBH-E e SGBH-T foram constituídas como objetivo principal a participação societária em outras sociedades, as quais possuem controle das atividades da ETEE e da ETIM, respectivamente, estas que foram adquiridas pelo Grupo da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.
- (ii) Adquiridas já em fase operacional da Isolux Energia e Participações S.A., Lintran do Brasil Participações S.A., Elecnor Transmissão de Energia S.A. e Abengoa Brasil Ltda.
- (iii) Adquiridas já em fase operacional da CYMI Holding S.A., CYMI do Brasil Proj. Serv. Ltda. e Lintran do Brasil S.A.
- (iv) Adquirida através do leilão 007/2013 lote P, firmado através de contrato assinado em 18 de novembro de 2013.
- (v) Adquirida já em fase operacional da CME Construção e Manutenção Eletromecânica S.A. e Tecneira Nova Geração Brasil Ltda.
- (vi) Adquirida já em fase operacional da Cobra Instalaciones y Servicios S.A.
- (vii) Adquirida através do leilão 007/2015 firmado através de contrato assinado em 22 de outubro de 2015.
- (viii) Adquiridas através do leilão 13/2015 firmado através de contratado assinado em 25 de agosto de 2016.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Os exercícios sociais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com os da controladora e as práticas e políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme nas empresas. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação.

As controladas que têm por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, tem a atividade regulamentada pela Agencia Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

O período de concessão, características operacionais e a Receita Anual Permitida (RAP) são definidas pelo contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia de cada concessionária. Apresentamos a seguir os dados sobre os contratos de concessão das concessionárias:

Companhia	Contrato de concessão	Encerramento da concessão	RAP histórica - R\$	Atualização anual RAP	RAP ciclo 2016/2017 - R\$ (i)	RAP ciclo 2015/2016 - R\$ (v)
ETEE	096/2000	Fevereiro de 2030	52.000.000	IGP-M	193.132.822	174.348.146
ETIM	086/2002	Dezembro de 2032	26.250.000	IGP-M	79.806.545	71.842.543
ITE	001/2005	Março de 2036	98.747.000	IGP-M	217.737.8847	189.497.826
RPTE	003/2007	Abril de 2037	18.500.000	IPCA	31.085.038	28.432.865
PCTE	002/2007	Abril de 2037	23.430.000	IPCA	39.356.550	36.000.843
SMTE	003/2006	Abril de 2036	66.900.000	IPCA	131.141.651	120.146.551
SPTE	007/2007	Junho de 2037	17.000.000	IPCA	42.159.045	38.564.385
Araraquara	014/2009	Fevereiro de 2039	15.463.152	IPCA	24.730.346	22.621.731
Catxerê	011/2009	Fevereiro de 2039	35.448.000	IPCA	56.454.689	51.641.122
PPTE	009/2005	Março de 2036	43.711.000	IGP-M	97.632.772	87.889.867
Itatim	007/2009	Abril de 2039	48.550.000	IPCA	68.982.594	63.100.844
Iracema	002/2008	Março de 2038	13.757.000	IPCA	21.612.172	19.138.849
MRTE	010/2014	Janeiro de 2044	11.599.380	IPCA	14.589.543	(vi)
ACTE	018/2010	Julho de 2041	6.420.000	IGP-M	8.967.097	9.056.590
LTMC	003/2010	Julho de 2040	20.916.000	IGP-M	30.641.808	31.432.865
XRTE	007/2015	Outubro de 2045	988.030.985	IPCA	(ii)	(ii)
CNTE	013/2015	Outubro de 2046	58.212.631	IPCA	(iii)	(iii)
PRTE	013/2015	Outubro de 2046	334.568.197	IPCA	(iv)	(iv)

- (i) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2016 a 30 de junho de 2017 foi aprovada em 28 de junho de 2016 de acordo com a Resolução Homologatória nº 2.098/2016 ANEEL.
- (ii) A XRTE não possui RAP para os ciclos 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2019.
- (iii) A CNTE não possui RAP para os ciclos 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2020.
- (iv) A PRTE não possui RAP para os ciclos de 2015/2016 e 2016/2017 pois encontra-se em fase pré-operacional. A administração prevê a entrada em operação em 2021.
- (v) A RAP atualizada para o período de 1º de julho de 2015 a 30 de junho de 2016 foi aprovada em 23 de junho de 2016 de acordo com a Resolução Homologatória nº 1.918/2015 ANEEL.
- (vi) A MRTE não possuía RAP para o ciclo 2015/2016 pois a mesma se encontrava em fase pré-operacional durante esse ciclo. A empresa entrou em operação em 05 de setembro de 2016.

4. Controladas em conjunto

As controladas em conjunto são as entidades nas quais a SGBH não exerce o controle individualmente sobre as políticas financeiras e operacionais, o controle operacional e financeiro é compartilhado com os respectivos acionistas das mesmas. Assim, mesmo com participação de 51%, a SGBH não consolida as controladas em conjunto. Esses investimentos são registrados por meio do método de equivalência patrimonial e são reconhecidos inicialmente pelo custo.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

As controladas em conjunto nas quais a SGBH possui participação são sociedades de propósitos específicos (SPEs) que tem como principal atividade a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, da mesma forma que as controladas da SGBH.

	% parti	icipação
Razão social	2016	2015
Luziânia Niguelandia Transmissora S.A. ("Luziânia") (i)	51	51
Guaraciaba Transmissora de Energia S.A. ("Guaraciaba") (ii)	51	51
Matrinchã Transmissora de Energia S.A. ("Matrinchã) (iii)	51	51
Paranaíba Transmissora de Energia S.A. ("Paranaíba") (iv)	51	51
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. ("Belo Monte") (v)	51	51

- (i) Em 29 de setembro de 2011 a Luziânia foi constituída a partir do Consórcio Luziânia-Niquelândia que foi o vencedor do Lote H do Leilão de Transmissão nº 06/2011, realizado pela ANEEL em 16 de dezembro de 2011 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., com participação de 49%.
 - O Lote H está composto pela Subestação Niquelândia e Subestação Luziânia. Houve autorização para iniciar a operação da Subestação Luziânia em 09 de junho de 2014, tendo os equipamentos sido, efetivamente, energizados em 19 de julho de 2014, após o fim do período restritivo estabelecido pelo ONS, em função da Copa do Mundo de Futebol. Já a SE Niquelândia, teve sua entrada em operação no dia 12 de agosto de 2015.
- (ii) A Matrinchã foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Matrinchã que foi o vencedor do Lote A do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela (ANEEL) em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.
 - A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº012/2012 em 10/05/2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Todos os trechos da Companhia já estão em operação, tendo sido os Lotes A2 e A3 os últimos a entrar em operação em 29/07/2016.
- (iii) A Guaraciaba foi constituída em 14 de março de 2012 a partir do Consórcio Guaraciaba que foi o vencedor do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012 em conjunto com a Copel Geração e Transmissão S.A., que tem participação de 49%.
 - A Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 013/2012 em 10 de maio de 2012 que dispõe que o início da operação comercial ocorreria em 32 (trinta e dois) meses contados da data da assinatura, sendo então 10 de janeiro de 2015. Porém, devido a assuntos operacionais, o cronograma não foi alcançado na data prevista. Durante o exercício de 2016 todas as Linhas de Transmissão entraram em operação, tendo sido a última em 09/12/2016.
- (iv) Em 21 de dezembro de 2012 a Paranaíba foi constituída a partir do Consórcio Paranaíba, vencedor do lote G do Leilão de Transmissão 07/2012, realizado pela ANEEL em 19 de dezembro de 2012 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A., que tem participação de 24,5% e Copel Geração e Transmissão S.A. que tem participação de 24,5%. A RAP anual foi determinada em R\$100.263.550, valor histórico, e será corrigida anualmente, com base na variação do IPCA.
 - A Companhia concluiu, entre maio e novembro de 2016, a construção de todos os três trechos de linhas de transmissão objetos do Contrato de Concessão 007/2013, firmado com a Aneel. No mês de dezembro, por sua vez, houve a finalização da construção do reforço autorizado recentemente pela referida Agência Reguladora. Os testes de energização do último trecho e do reforço estão previstos para janeiro de 2017 em função de planejamento do ONS, sendo que os demais trechos se encontram energizados desde a data de conclusão das obras. Em relação ao licenciamento ambiental, a PTE recebeu, no mês de janeiro de 2017, anuência do IPHAN e tem a expectativa de receber a licença de operação para todos os trechos ainda no mês de janeiro, iniciando assim a sua operação comercial plena.
- (v) Em 20 de março de 2014 a Belo Monte foi constituída a partir do Consórcio IE Belo Monte, vencedor do lote AB do Leilão de Transmissão 011/2013, realizado pela ANEEL em 07 de fevereiro de 2014 em conjunto com Furnas Centrais Elétricas S.A. (Furnas), que tem participação de 24,5% e Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte), que tem participação de 24,5%
 - O consórcio saiu vencedor com deságio de 38% sobre a RAP máxima para o Lote AB. Os investimentos totais estão estimados em aproximadamente R\$5 bilhões com uma RAP anual de R\$434 milhões. O contrato estabelece uma concessão com duração de 30 anos e entrada em operação comercial prevista para janeiro de 2018. O prazo de construção é de 46 meses a partir da data de assinatura do contrato de concessão (16 de junho de 2014).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

5. Resumo das práticas contábeis

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

Os caixas equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos, a contar da data de contratação.

5.2. Concessionárias e permissionárias

Destinam-se à contabilização de créditos referentes ao suprimento de energia elétrica faturado ao revendedor, do ajuste do fator de potência e de créditos provenientes da aplicação do acréscimo moratório, e engloba os valores a receber referentes ao serviço de transmissão de energia, registrados pelo regime de competência. O faturamento dos valores a receber é registrado conforme determinações do ONS por meio dos avisos de créditos (AVCs) mensais e faturas avulsas.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa (PCLD) é avaliada pela Administração e constituída em montante considerado suficiente para cobrir possíveis perdas na realização dos recebíveis.

5.3. Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.

5.4. Ativo financeiro amortizável e indenizável

De acordo com o ICPC 01 (R1) Contratos de concessão, as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão das Controladas não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão. Sendo assim é utilizado o modelo de ativo financeiro, classificado como "recebíveis" e registrado ao valor justo.

Os ativos financeiros amortizáveis e indenizáveis incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão.

Na aplicação do ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, que define as regras de mensuração e contabilização do ativo financeiro é necessário que os CPC 17 - Contratos de Construções, CPC 30 - Reconhecimento das receitas e CPC 38 - Instrumentos financeiros - reconhecimento e mensuração sejam aplicados em conjunto.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

5.5. Investimentos em controladas e controladas em conjunto

O investimento da Companhia em suas controladas é avaliado com base no método da equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto, para fins de demonstrações financeiras da controladora e consolidadas.

Com base no método da equivalência patrimonial, os investimentos nas controladas são contabilizados no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionado das mudanças após a aquisição da participação societária na coligada. O ágio relacionado com a controlada é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o ágio é reclassificado para o ativo intangível.

A participação societária nas controladas é apresentada na demonstração do resultado da controladora como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas da coligada. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial para fins de demonstrações financeiras da controladora, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos em controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado da controladora.

5.6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado são relacionados à área administrativa e referentes a ativos não vinculados ao contrato de concessão (estes que tem seu resultado registrados na nota de outras receitas e despesas operacionais nas Controladas) e apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, reconhece-se essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

5.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

Os ativos intangíveis estão representados substancialmente por: softwares, servidões, e por ágios gerados em função da expectativa de lucratividade e receitas incrementais esperadas no futuro, vinculados a combinações de negócios da Companhia.

5.8. Provisão para redução ao valor recuperável (impairment)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos não financeiros e financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos, que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa.

5.9. Propriedade para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário da propriedade para investimento. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor de custo, que reflete as condições de mercado na data do balanço.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecida na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso. Se a propriedade ocupada por proprietário se tornar uma propriedade para investimento, a SGBH contabiliza a referida propriedade de acordo com a política descrita no item de imobilizado até a data da mudança no seu uso.

5.10. Impostos

Impostos sobre serviços prestados

As receitas estão sujeitas ao Programa de Integração Social (PIS) com alíquota de 1,65% e 0,65% e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) com alíquota de 7,6% e 1,65%. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

Imposto de renda e contribuição social - correntes

A tributação sobre o lucro compreendeu o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável na alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$240.000 no período de 12 meses, enquanto que contribuição social é calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência, portanto as inclusões ao lucro contábil de despesas, temporariamente não dedutíveis, ou exclusões de receitas, temporariamente não tributáveis, consideradas para apuração do lucro tributável corrente geram créditos ou débitos tributários diferidos.

Apenas para as controladas, Araraquara, RPTE, PCTE, ETIM, LTMC, SPTE e ACTE a tributação do imposto de renda e contribuição social é feita tendo como base o lucro presumido.

Na tributação sobre o lucro presumido, o imposto de renda é computado com presunção de 8% sobre a receita de venda, acrescido das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 15% acrescida do adicional de 10% quando a base de cálculo exceder R\$60.000 no trimestre.

A contribuição social é computada com presunção 12% sobre a receita de venda, acrescida das demais receitas, aplicando-se a alíquota de 9%.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

5.11. Provisões para contingências

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

5.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, concluiu-se que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, nenhum ajuste foi realizado.

5.13. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

5.14. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

5.15. Receita operacional

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita líquida é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida ou a receber, excluindo descontos, abatimentos e encargos sobre vendas.

Receita de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é reconhecida pelo montante destinado pelo poder concedente para fazer face aos custos de operação e manutenção dos ativos de transmissão.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Receita de construção

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo imobilizado em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais, se houver.

Remuneração dos ativos financeiros

Corresponde a remuneração pela taxa de desconto, que corresponde a taxa interna de retorno do projeto, do fluxo incondicional de recursos estabelecido pelo poder concedente através da RAP.

Receita de aluguel

A receita de aluguel é registrada em conformidade com o regime contábil de competência e de acordo com a perspectiva de realização.

5.16. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

Ativos financeiros não derivativos

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, concessionárias e permissionárias, Ativo financeiro amortizável e indenizável e empréstimos a receber - partes relacionadas.

O saldo e caixa e equivalente de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, pois representam ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. O saldo de caixa e bancos são mensurados pelo valor justo e os demais ativos financeiros, após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Passivos financeiros não derivativos

Os principais passivos financeiros reconhecidos são: fornecedores, empréstimos e partes relacionadas. Estes passivos financeiros não são usualmente negociados antes do vencimento. Após reconhecimento inicial, os passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método de juros efetivos. O saldo de financiamentos é classificado como passivo financeiro não mensurado ao valor justo e reconhecidos pelo seu custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. O saldo de fornecedores de bens e serviços necessários às operações da Companhia, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data dos balanços. Estes saldos também são classificados como passivo financeiro reconhecido pelo custo amortizado.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos e passivos financeiros

Um ativo financeiro é baixado quando os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem e/ou quando a Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repasse"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Ativos e passivos financeiros derivativos

A companhia não mantém ativos ou passivos financeiros derivativos e não identificou contratos com características de derivativos embutidos separáveis.

5.17. Fluxo de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa.

6. Novos pronunciamentos técnicos e interpretações

O International Accounting Standards Board (IASB) emitiu determinadas normas que ainda não haviam entrado em vigor até a data da emissão das demonstrações financeiras. Enquanto aguarda a aprovação destas normas internacionais pelo CPC, a Companhia e suas controladas estão procedendo a sua análise sobre os impactos desses novos pronunciamentos, caso haja, em suas demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

7. Caixa e equivalentes de caixa

	20	2016)15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa	109.338	117.619	16.901	29.940
Bancos	10.846.884	72.760.009	9.099.224	24.429.953
Aplicações financeiras	386.376.814	765.743.341	72.409.082	285.171.128
	397.333.036	838.620.969	81.525.207	309.631.021

A Companhia e suas controladas estruturaram as suas aplicações financeiras por meio da participação em CDBs e Fundos de Investimento que buscam alcançar seu objetivo por meio da aplicação de seus recursos preponderantemente em cotas de fundos de investimento e/ou fundos de investimento em cotas de fundos de investimento da classe Referenciado. Tanto os CDBs como os fundos podem ter suas cotas resgatadas a qualquer tempo, com possibilidade de pronta conversão sem qualquer deságio em um montante conhecido de caixa, e oferecem uma remuneração atrelada à taxa CDI.

8. Títulos e valores mobiliários

	Consoli	Consolidado		
Conta reserva	2016	2015		
Araraquara	3.531.848	3.464.746		
Catxerê	6.492.396	6.342.114		
PPTE	7.930.426	8.042.047		
LTMC	4.347.392	4.524.336		
ACTE	1.437.559	-		
Itatim	22.407.838	22.808.653		
Iracema	6.950.655	6.950.655		
MRTE	1.653.870	-		
	54.751.984	52.132.551		

Araraquara, Catxerê, LTMC e PPTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17).

Para a Araraquara, Catxerê e LTMC, durante todo o prazo do contrato, as Companhias devem manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Para a PPTE, durante todo o prazo do contrato, deve-se manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Itatim

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o BNDES (nota explicativa 17).

Durante todo o prazo do contrato, a Itatim deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, sendo que a movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Iracema

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com a Caixa Econômica Federal (CEF) (nota explicativa 17).

Durante todo o prazo do contrato, a Iracema deve manter em favor da CEF uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida, acrescido de três vezes o valor do custo de operação e manutenção. O custo utilizado é histórico, atualizado anualmente. A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal da CEF.

MRTE

Saldos apresentados como não circulante para atender as exigências referente as garantias reais do contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) (nota explicativa 17).

Durante todo o prazo do contrato, caso a MRTE possua Índice de Cobertura da Dívida de, no mínimo, 1,2 (um inteiro e dois décimos), a mesma deve manter em favor do BNDES uma conta reserva, com recursos vinculados, no valor correspondente a três vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

Na hipótese de o Índice de Cobertura da dívida ser inferior a 1,2 (um inteiro e dois décimos), a MRTE deve preencher a conta reserva com valor correspondente a seis vezes o valor da última prestação mensal de amortização vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios decorrentes da dívida.

A movimentação dessa conta só pode ser realizada com autorização formal do BNDES.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

9. Concessionárias e permissionárias

	Consc	olidado
	2016	2015
A vencer	103.418.031	98.629.998
Vencidas até 30 dias	2.287.080	500.861
Vencidas até 60 dias	1.967.582	754.711
Vencidas até 90 dias	1.118.461	1.667.658
Vencidas há mais de 90 dias	18.886.924	20.873.159
	127.678.078	122.426.387
(PCLD)	(5.054.785)	(5.054.783)
•	122.623.293	117.371.604

Em função do alto giro das concessionárias e permissionárias, não se fazem necessários ajustes a valor presente. De acordo com as normas do agente regulador para as empresas controladas, a PCLD deve ser avaliada para saldos vencidos acima de 180 dias. A Administração, por sua vez avalia as faturas vencidas cima de 180 dias de forma individualizada, e constitui a PCLD julgada necessária. Segue movimentação da PCLD:

	Conso	lidado	
	2016	2015	
Saldo em 1º de janeiro	(5.054.785)	(7.911.549)	
Reversão	-	3.467.274	
Adição	-	(610.510)	
Saldo em 31 de dezembro	(5.054.785)	(5.054.785)	

10. Impostos a recuperar

•	20	16	2015		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Circulante					
PIS	33.090	101.652	70	71.381	
COFINS	196.020	523.198	-	319.639	
IRPJ	866.036	14.755.266	15.291.160	38.812.884	
IR aplicações financeiras	-	3.673.052	-	5.734.798	
CSLL	1.426.713	10.027.222	1.412.419	14.251.806	
Outros	32.573	2.191.893	29.888	1.543.112	
	2.554.432	31.272.283	16.733.537	60.733.620	

11. Empréstimos a receber (Controladora)

Descrição	Início	Vencimento	Garantidor	Encargos	2016	2015
MRTE (i) Eletronorte (ii) Furnas Furnas (iii)	05/2014 12/2014 12/2014	04/2016 01/2027 01/2027	- Eletrobrás Eletrobrás	CETIP + 070 a.a. 10% a.a. 10% a.a.	318.471.001 318.471.002	56.381.066 139.274.278 139.274.278
Não circulante					636.942.003	334.929.622

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

(i) MRTE

Debêntures emitidas com a controlada MRTE para execução das obras da Companhia até que a liberação de recursos provenientes de operações de financiamento de longo prazo dos projetos da Companhia perante o BNDES seja assinada e liberada. Em abril de 2016 ocorreu a liberação das duas primeiras tranches do empréstimo de longo prazo com o BNDES, no valor de 14.050.139, e em maio de 2016 a MRTE quitou a dívida contraída junto à Companhia, no valor de 59.095.805.

(ii) Eletronorte

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Eletronorte no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de 158.872.000 em 2016 e 30.329.560 em 2015.

(iii) Furnas

O Contrato tem por objeto a concessão de recursos para a Furnas no período de implantação/construção do empreendimento referente a controladas em conjunto Belo Monte. A Companhia efetuou empréstimos no valor de 158.872.000 em 2016 e 30.329.560 em 2015.

12. Ativo financeiro amortizável e indenizável (Consolidado)

	2016	2015
Circulante	933.003.857	931.669.190
Não circulante	5.299.197.310	4.633.720.491
	6.232.201.167	5.565.389.681

Conforme contrato de concessão das Controladas (conforme nota explicativa 3) a Companhia reconheceu um recebível de concessão de serviço conforme o valor atual dos pagamentos mínimos anuais garantidos a serem recebidos do poder concedente. A taxa utilizada pelas Controladas para remunerar o ativo financeiro e o de indenização reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, e é apurado comparando o retorno esperado com o valor do investimento.

Ativo financeiro - Amortizável

As concessões das linhas de transmissão de energia das Controladas são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica e das demais Instalações de transmissão, não estando vinculada à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão.

Ativo financeiro - Indenizável

Conforme termo final do contrato de concessão, a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

A Administração das controladas considera que ao final da concessão caberá as concessionárias que tiveram contrato de concessão assinados até o exercício de 2006 uma indenização (ETEE, ETIM, ITE, PPTE e SMTE). O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos do Tesouro Nacional. As referidas controladas não são obrigadas a remunerar o Poder Concedente pelas Concessões das linhas de transmissão de energia por meio de investimentos adicionais quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica.

13. Investimentos (Controladora)

13.1. Informações financeiras sobre as investidas

		<u> </u>	de dezembro de z	010	
			Patrimônio	Receita	Resultado
	Ativo	Passivo	líquido	líquida	do exercício
Controladas					
SGBH-E	829.658.795	125.789.082	703.869.713	=	88.427.728
SGBH-T	392.249.238	93.363.960	298.885.278	=	56.029.684
ITE	1.033.883.008	503.138.948	530.744.060	211.797.207	167.859.720
RPTE	266.001.718	149.321.684	116.680.034	20.201.061	20.441.537
PCTE	362.957.971	222.167.897	140.790.074	30.320.233	40.141.347
SMTE	820.996.178	501.270.551	319.725.627	125.205.690	149.170.017
SPTE	303.530.253	128.267.567	175.262.686	38.828.487	43.132.819
PPTE	480.221.414	127.631.403	352.590.011	84.886.919	39.137.087
Itatim	624.306.985	316.966.278	307.340.707	80.242.247	37.321.950
Iracema	256.858.849	131.900.573	124.958.276	28.997.015	8.760.211
Catxerê	616.384.212	230.042.409	386.341.803	93.281.490	37.100.702
Araraquara	311.942.581	115.240.938	196.701.643	32.811.742	24.594.918
MRTE	155.406.152	89.509.129	65.897.023	40.487.239	(2.094.912)
XRTE	574.831.527	61.280.585	513.550.942	276.815.260	(28.499.776)
ACTE	90.242.560	37.209.397	53.033.163	20.156.078	3.627.366
LTMC	356.087.985	197.592.937	158.495.048	50.749.223	23.137.521
CNTE	4.831.331	477.797	4.353.534	1.404.485	(646.466)
PRTE	19.867.786	395.517	19.472.269	1.370.647	(527.731)
		31	de dezembro de 2	016	
			Patrimônio	Receita	Resultado
	Ativo	Passivo	líquido	líquida	do exercício
Controladas em conjunto					
Luziânia	87.091.722	40.579.069	46.512.653	34.199.345	358.622
Matrinchã	2.643.873.857	996.595.341	1.647.278.516	420.969.506	8.537.764
Guaraciaba	1.316.503.734	499.041.505	817.462.229	333.912.835	31.888.612
Paranaíba	1.326.018.418	712.693.034	613.325.384	322.855.069	6.145.362
Belo Monte	4.344.200.244	2.161.539.155	2.182.661.089	249.974.212	21.176.630

31 de dezembro de 2016

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

		31 de dezembro de 2015					
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita Iíquida	Resultado do exercício		
Controladas							
SGBH-E	676.434.657	10.035.534	666.399.122	-	42.042.881		
SGBH-T	256.290.311	127.667	256.162.644	=	(513.571)		
ITE	957.162.334	592.771.863	364.390.471	215.401.244	(79.082.681)		
RPTE	278.868.180	182.629.682	96.238.497	25.398.074	(55.574.149)		
PCTE	371.331.752	270.683.025	100.648.727	33.742.139	(83.304.384)		
SMTE	769.633.495	598.644.121	170.989.374	118.532.203	(112.079.451)		
SPTE	295.819.180	163.689.313	132.129.867	38.779.926	(33.860.359)		
PPTE	482.601.149	168.776.422	313.824.727	84.326.708	39.264.255		
Itatim	603.376.077	333.002.761	270.373.316	33.371.977	49.515.671		
Iracema	228.413.378	127.215.313	101.198.065	24.670.692	26.661.060		
Catxerê	594.839.231	245.245.673	349.593.558	71.040.845	62.023.296		
Araraquara	302.321.080	129.980.702	172.340.377	25.101.033	17.621.783		
MRTE	105.157.366	67.165.431	37.991.935	76.954.123	(10.686.410)		
XRTE	20.066.830	1.017.113	19.049.718	9.400.150	(950.282)		
ACTE	72.167.788	37.768.736	34.399.052	12.937.273	(11.487.029)		
LTMC	328.418.043	198.067.386	130.350.657	50.764.779	(26.876.372)		
CNTE	-	-	-	-	· -		
PRTE	-	-	-	-	-		

	31 de dezembro de 2015				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Resultado do exercício
Controladas em conjunto					
Luziânia	96.270.966	55.717.934	40.553.032	13.774.777	4.947.042
Matrinchã	2.314.531.306	813.228.723	1.501.302.583	151.718.762	116.743.617
Guaraciaba	1.073.721.660	472.973.346	600.748.314	63.539.959	(15.517.932)
Paranaíba	1.055.060.043	597.640.020	457.420.023	95.320.187	58.610.373
Belo Monte	1.330.904.491	531.532.003	799.372.488	116.779.565	(16.963.790)

13.2. Movimentação dos investimentos

			Movimentação		
	Saldo em	Equivalência	Aportes		Saldo em
	31/12/2015	patrimonial	de capital	Dividendos	31/12/2016
Controladas					
SGBH-E	676.384.307	88.427.728	-	(50.957.137)	713.854.898
SGBH T	246.177.458	56.029.684	-	(13.307.050)	288.900.092
ITE	360.458.224	167.859.720	-	(1.506.131)	526.811.813
RPTE	(14.229.940)	20.441.537	-	-	6.211.597
PCTE	(62.596.365)	40.141.347	-	-	(22.455.018)
SMTE	(70.353.562)	149.170.017	-	(433.764)	78.382.691
SPTE	245.450.229	43.132.819	-	-	288.583.048
PPTE	357.269.117	39.137.087	-	(371.802)	396.034.402
Itatim	270.373.315	37.321.950	15.000.000	(354.559)	322.340.706
Iracema	101.198.066	8.760.211	-	-	109.958.277
Catxere	349.593.558	37.100.702	-	(352.457)	386.341.803
Araraquara	172.340.377	24.594.918	-	(233.652)	196.701.643
MRTE	37.991.936	(2.094.912)	30.000.000	-	65.897.024
XRTE	19.049.718	(28.499.776)	523.000.000	-	513.549.942
ACTE	34.399.051	3.627.366	15.006.745	-	53.033.162
LTMC	130.350.657	23.137.521	5.028.059	(21.193)	158.495.044
CNTE	-	(646.466)	5.000.000	-	4.353.534
PRTE	-	(527.731)	20.000.000	-	19.472.269
Controladas em conjunto					
Luziânia	20.682.046	182.897	4.080.000	(118.880)	24.826.063
Matrinchã	765.664.318	4.354.260	70.093.467	(10.359.868)	829.752.177
Guaraciaba	306.381.638	16.263.192	94.260.905	(1.650.925)	415.254.810
Paranaíba	233.284.212	3.134.135	76.377.600	(6.351.540)	306.444.407
Belo Monte	407.679.970	10.800.081	695.129.490	(859.532)	1.112.750.009
	4.587.548.333	741.848.286	1.552.976.266	(86.878.490)	6.795.494.394

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

			Movimentação		
	Saldo em 31/12/2014	Equivalência patrimonial	Aportes de capital	Dividendos	Saldo em 31/12/2015
Controladas					
SGBH-E	681.053.626	42.042.881	-	(46.712.200)	676.384.307
SGBH T	278.067.444	(513.571)	-	(31.376.414)	246.177.458
ITE	474.124.945	(79.082.681)	-	(34.584.040)	360.458.224
RPTE	41.344.209	(55.574.149)	-	-	(14.229.940)
PCTE	20.708.019	(83.304.384)	-	-	(62.596.365)
SMTE	53.745.704	(112.079.451)	-	(12.019.815)	(70.353.562)
SPTE	279.310.588	(33.860.359)	-	-	245.450.229
PPTE	336.655.383	39.264.255	-	(18.650.521)	357.269.117
Itatim	229.012.549	49.515.671	-	(8.154.905)	270.373.315
Iracema	74.537.006	26.661.060	-	-	101.198.066
Catxere	317.820.726	62.023.296	-	(30.250.464)	349.593.558
Araraquara	159.377.439	17.621.783	-	(4.658.845)	172.340.377
MRTE	6.060.346	(10.686.410)	42.618.000	-	37.991.936
XRTE	-	(950.281)	20.000.000	-	19.049.718
ACTE	-	9.451.051	24.948.000	-	34.399.051
LTMC	-	20.960.265	122.807.319	(13.416.927)	130.350.657
Controladas em conjunto					
Luziânia	17.284.405	2.522.991	874.650	-	20.682.046
Matrinchã	461.354.335	39.606.245	264.703.738	-	765.664.318
Guaraciaba	151.939.441	(22.445.661)	176.887.859	-	306.381.638
Paranaíba	142.192.922	29.891.290	61.200.000	-	233.284.212
Belo Monte	12.411.502	(8.651.532)	403.920.000		407.679.970
	3.737.000.589	(67.587.691)	1.117.959.566	(199.824.131)	4.587.548.333

13.3. Ágio sobre aquisição de investimentos

Na aquisição das controladas ETIM, ETEE, PCTE, ITE, RPTE, SPTE, SMTE e PPTE os ativos e passivos das controladas foram considerados como avaliados a valor de mercado, conforme determina o CPC 15 (R1) (IFRS 3R) em processos de combinação de negócios ("Business Combinations"). Desta forma a diferença entre o preço pago pela aquisição da investida e o patrimônio líquido da investida avaliado a valor justo na data do balanço foi inteiramente alocado como investimento para fins das demonstrações financeiras da controladora. Para fins de demonstrações financeiras consolidadas, o valor do ágio foi reclassificado para o ativo intangível. Na nota explicativa 16 - Intangível - apresentamos o saldo do ágio pagos nas aquisições.

14. Propriedade para investimento (Consolidado)

	2015	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2016
Custo	97.966.379	_	_	_	97.966.379
(-) Depreciação	(3.151.103)	-	_	(1.959.328)	(5.110.431)
() 1 3	94.815.276	-	-	(1.959.328)	92.855.948
			·		
	2014	Transf.	Adições/(baixas)	Depreciação	2015
Custo	97.966.379	_	-	-	97.966.379
(-) Depreciação	(1.191.775)	-	-	(1.959.328)	(3.151.103)
•	96.774.604	-		(1.959.328)	94.815.276
	(1.191.775)	- - -	<u> </u>		(3.151.103)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

A Administração mantém parte do imóvel localizado na Avenida Presidente Vargas, número 955 - Rio de Janeiro/RJ classificado como propriedade para investimento visto que cerca de 45% da área do imóvel estão destinadas para aluguel, e 55% de uso próprio em 31 de dezembro de 2016 e 2015. A partir de 2014 houve redimensionamento do layout de uso do imóvel e uma parte anteriormente destinada a uso próprio foi também disponibilizada para aluguel.

Os montantes de propriedades para investimento estão mantidos a custo histórico, deduzidos de depreciação e redução a valor recuperável, quando aplicável. O imóvel vem sendo depreciado a taxa de 2% ao ano, tendo como base laudo de avaliação de vida útil.

Para atendimento ao CPC 28 - Propriedade para investimento, a Administração efetuou a avaliação ao valor justo do imóvel em conformidade com o CPC 46 - Valor Justo. Segue principais aspectos do imóvel:

- Em 2015 foi contratada uma empresa especializada para elaboração de laudo de avaliação do imóvel. O valor justo para compra e venda identificado foi de R\$100.840.000. Em 2016, por meio de análise interna, a Companhia identificou um novo valor médio do m² para a região central do município do Rio de Janeiro, no valor de R\$16.068/m². Considerando o percentual de alocação de 45%, o valor justo do imóvel em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$148.944.093.
- De acordo com a hierarquia de inputs, o imóvel foi classificado como nível 2, visto que teve comparação com outros imóveis similares no mercado.

15. Imobilizado (controladora)

	2015	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2016
Prédios e instalações (i)	124.379.754	_	-	_	124.379.754
Máquinas e equipamentos	3.160.429	-	-	=	3.160.429
Móveis e utensílios	2.356.051	-	-	-	2.356.051
Outros	18.390	-	60.075	-	78.465
Custo	129.914.624	-	60.075	-	129.974.699
(-) Mág. equipamentos	(1.083.535)	_	_	(316.043)	(1.399.578)
(-) Móveis e utensílios	(683.801)	_	_	(235.605)	(919.406)
(-) Prédios e instalações	(7.937.260)	_	_	(2.487.595)	(10.424.855)
(-) Depreciação	(9.704.596)	_	_	(3.039.243)	(12.743.839)
() Depireologic	120.210.028	-	60.075	(3.039.243)	117.230.860
	2014	Transf.	Adições/baixas	Depreciação	2015
Prédios e instalações (i)	124.404.172	_	(24.418)	-	124.379.754
Máguinas e equipamentos	3.073.422	1.829	85.178	=	3.160.429
Móveis e utensílios	2.356.051	-	-	-	2.356.051
Outros	2.806	11.193	4.391	-	18.390
Custo	129.836.451	13.022	65.151	-	129.914.624
(-) Máq. equipamentos	(742.709)	_	_	(340.825)	(1.083.535)
(-) Móveis e utensílios	(448.196)	_	-	(235.605)	(683.801)
(-) Prédios e instalações	(5.449.350)	_	_	(2.487.911)	(7.937.260)
(-) Depreciação	(6.640.255)	-		(3.064.341)	(9.704.596)
() -1 3	123.196.196	13.022	65.151	(3.064.341)	120.210.028

⁽i) Saldo correspondente a 55% do imóvel localizado a Avenida Presidente Vargas, 955 (mais detalhes veja nota explicativa 14).

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

16. Intangível (consolidado)

	2015	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2016
Ágio (i)	144.423.199	-	-	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	12.998.104 157.421.303	-	(11.000.000) (11.000.000)	(482.397) (482.397)	1.515.707 145.938.906
				(
	2014	Transf.	Adições/baixas	Amortização	2015
Ágio (i)	144.423.199	-	_	-	144.423.199
Servidões e Softwares (ii)	40.996.573	184.510	(27.969.558)	(213.421)	12.998.104
	185.419.772	184.510	(27.969.558)	(213.421)	157.421.303

- (i) O ágio não é amortizado contabilmente, mas sujeito a avaliação anual para fins de impairment. A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ágios utilizando o conceito do "valor em uso", através de modelos de fluxo de caixa descontado das unidades geradoras de caixa, representativas dos conjuntos de bens tangíveis e intangíveis utilizados no desenvolvimento. Não foram identificados indícios de necessidade de registro de provisão para realização relacionadas ao ágio em 31 de dezembro de 2016 e 2015.
- (ii) Os valores apresentados estão líquidos da amortização acumulada. As servidões são faixas de passagem da linha de transmissão legalmente instituída em favor das Companhias, para as quais se impõem restrições ao uso e ocupação do solo. A área que compõem a faixa de servidão continua sob o domínio do proprietário.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

17. Empréstimos e financiamentos (Consolidado)

a) Total da dívida

Empresa	Descrição	Moeda do contrato (iii)	Início	Vencimento	Garantias	Covenants	Encargos a.a.	2016	2015
ACTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	07/2013	06/2027	(iv)	(viii)	TJLP + 2,42%	24.103.439	26.025.064
ACTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	07/2013	12/2022	(iv)	(viií)	2,5%	7.053.774	8.229.402
ACTE	BNDES - Subcrédito C (i)	R\$	04/2013	06/2027	(iv)	(viii)	TJLP	104.791	113.146
Araraquara	BNDES	R\$	01/2011	11/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,21%	68.118.685	72.909.823
Catxerê	BNDES	R\$	08/2011	08/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,21%	152.566.377	163.297.155
ETEE	SGID	US\$	12/2013	04/2016	Ň/Á	N/Á	Libor + 2,20%	-	77.666.242
ETIM	SGID	US\$	12/2013	09/2018	N/A	N/A	Libor + 2,55%	37.823.974	67.975.053
Iracema	Debêntures	R\$	11/2010	11/2035	(v)	(vii)	TR + spread 9%	116.973.582	117.810.017
Itatim	BNDES - Subcrédito A	R\$	11/2012	04/2028	(iv)	(vii)	TJLP + 2,74%	193.582.572	209.314.641
Itatim	BNDES - Subcrédito B	R\$	11/2012	10/2022	(iv)	(vii)	2,5%	42.775.840	50.118.263
Itatim	BNDES - Subcrédito C (ii)	R\$	09/2014	04/2027	(iv)	(vii)	TJLP	225.004	243.334
ITE	SGID	US\$	12/2013	09/2020	N/A	N/A	Libor + 2,65%	332.114.150	442.112.266
LTMC	BNDES - Subcrédito A	R\$	05/2012	01/2027	(iv)	(vii)	TJLP + 2,58%	71.046.575	76.986.335
LTMC	BNDES - Subcrédito B	R\$	05/2012	01/2027	(iv)	(vii)	TJLP + 2,18%	21.783.394	23.604.568
LTMC	Debêntures	R\$	08/2012	04/2029	(vi)	(vii)	IPCA + 8,75%	51.313.439	45.539.310
PCTE	SGID	US\$	12/2013	09/2025	N/A	N/A	Libor + 2,85%	189.389.174	239.356.431
PPTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	UMBNDES + 3%	4.405.810	7.387.354
PPTE	BNDES - Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 3%	12.094.330	16.692.296
PPTE	BNPP - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	UMBNDES + 4,3%	3.980.493	6.674.124
PPTE	BNPP - Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 4,3%	10.926.149	15.079.931
PPTE	Santander - Subcrédito A	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	UMBNDES + 4,3%	3.980.493	6.674.124
PPTE	Santander - Subcrédito B + C	R\$	06/2007	06/2019	(iv)	(vii)	TJLP + 4,3%	10.926.149	15.079.932
RPTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Libor + 2,85%	124.774.949	158.371.674
SGBH	SGID - Subcrédito D	US\$	11/2014	11/2016	N/A	N/A	Libor + 2 %	1.274.307.479	1.526.487.759
SGBH	SGID - Subcrédito E	US\$	12/2014	12/2016	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	369.509.431	442.703.772
SGBH	SGID - Subcrédito F	US\$	06/2015	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	219.709.552	263.230.758
SGBH	SGID - Subcrédito G	US\$	12/2015	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	130.417.267	157.858.190
SGBH	SGID - Subcrédito H	US\$	06/2016	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	75.710.137	-
SGBH	SGID - Subcrédito I	US\$	09/2016	06/2017	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	32.416.752	-
SGBH	SGID - Subcrédito J	US\$	12/2016	12/2018	N/A	N/A	Libor + 2,706 %	98.000.514	
SMTE	SGID	US\$	12/2013	09/2023	N/A	N/A	Libor + 2,85%	365.869.395	503.193.400
SPTE	SGID	US\$	12/2013	09/2024	N/A	N/A	Libor + 2,85%	107.252.691	144.729.169
MRTE	BNDES - Subcrédito A	R\$	04/2016	06/2030	(iv)	(vii)	TJLP + 2,88%	25.631.259	-
MRTE	BNDES - Subcrédito B	R\$	04/2016	06/2030	(iv)	(vii)	TJLP + 1,88%	11.989.613	-
MRTE	BNDES - Subcrédito C	R\$	07/2016	06/2030	(iv)	(iv)	TJLP + 2,88%	10.711.178	-
MRTE	BNDES - Subcrédito D	R\$	07/2016	06/2030	(iv)	(iv)	TJLP + 1,88%	210.682	-
MRTE	BNDES - Subcrédito E	R\$	12/2016	06/2030	(iv)	(iv)	TJLP + 2,88%	2.918.587	-
MRTE	Debêntures	R\$	12/2016	12/2025	(vii)	(vii)	IPCA+8,00%	15.000.000	
								4.219.717.680	4.885.463.533
	Circulante							343.553.739	433.059.429
	Não circulante							3.876.163.941	4.452.404.104
								4.219.717.680	4.885.463.533

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

- (i) Atendendo à exigência do Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da ACTE, o valor de R\$120.000 com a incidência de TJLP que deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através de aquisição e posterior doação à Prefeitura do Município de Xinguara, Estado do Pará, de uma viatura Tipo Van adaptada para cadeirantes, para viabilizar o transporte de pacientes do município.
- (ii) O Subcrédito C do contrato de financiamento do BNDES da Itatim no valor de R\$1.604.900 deverá ser destinado aos investimentos sociais de empresas no âmbito da comunidade, não contemplados nos licenciamentos ambientais e/ou nos programas socioambientais do projeto básico ambiental para implantação do projeto a que se refere este contrato, através dos projetos Maré do Amanhã e Projeto Casa Abrigo Criança Cidadã, com orçamento previsto de R\$1,2 milhão e R\$531 mil, respectivamente. Para esses projetos houve a realização de R\$995.552 até 31 de dezembro de 2015.

b) Garantias

- (iii) Garantias BNDES: Penhor de direitos emergentes do contrato de concessão; caução, dada por todos os acionistas em favor do BNDES, da totalidade das ações da Companhia e caução dos direitos creditórios decorrentes da prestação de serviços de transmissão.
- (iv) Garantia debêntures Iracema: Contrato de alienação fiduciária da totalidade das ações representativas do capital social da Companhia pelos seus atuais acionistas; contrato de cessão fiduciária dos direitos creditórios oriundos dos contratos de construção, de prestação de serviços de transmissão, de operação e manutenção e de conexão; Contrato de cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão e Carta de fiança bancária contratada com o Banco Bradesco S.A.
- (v) Garantia debêntures LTMC: As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2020 no valor de 3 vezes o serviço da dívida considerando juros e amortização.
- (vi) Garantia debêntures MRTE: As garantias que suportam o financiamento são compartilhadas com o BNDES, sendo as Contas Reservas constituídas a partir de 15 de janeiro de 2017 no valor de 1 parcela do servico da dívida considerando juros e amortização.

c) Covenants

(vii) Covenants Araraquara, Catxerê, PPTE, Itatim, Iracema, LTMC, ACTE

	Araraquara	Catxerê	PPTE	Itatim	Iracema	LTMC	ACTE
A Companhia deve apresentar o fluxo de caixa disponível para pagamento da dívida no período dividido pelo montante de juros a pagar:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim
Adição de montante amortizado do principal superior ou igual a:	1,3 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes	1,5 vezes	1,2 vezes	1,3 vezes	1,3 vezes
O índice foi cumprido pela Companhia em 31 de dezembro de 2016:	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim	Sim

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

18. Taxas regulamentares (Consolidado)

	2016	2015
Reserva Global de Reversão (RGR) (i)	6.415.323	8.866.029
Taxa de fiscalização (TFSEE) (ii)	4.673.035	4.632.472
Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) (iii)	32.983.894	27.870.640
	44.072.252	41.369.141

(i) RGR

Taxa criada pelo Decreto 41.019 de 26 de fevereiro de 1957 que tem a finalidade de prover recursos para melhoria do serviço público de energia elétrica, financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, estudos de inventário e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para desenvolvimento e implantação de programas e projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei 12.431 a vigência desta taxa ocorrerá até 2035.

O pagamento dessa taxa é regulamentado pelo artigo 1º da Resolução da Aneel 23, de 5 de fevereiro de 1999, onde determina que as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica devem pagar à Eletrobrás mensalmente valores tendo como base em 2,5% do investimento e mantém a provisão de 2,5% da receita operacional regulatória.

Possíveis diferenças entre pagamento e provisão são ajustadas anualmente através de Despachos emitidos pela Aneel. A Administração da Companhia acompanha a emissão desses Despachos a fim de ajustar os valores pagos e reconhecidos no balanço.

(ii) TFSEE

Instituída pela Lei 9.427, de 1996, e regulamentado pelo Decreto 2.410, de 1997 pela ANEEL com a finalidade de constituir sua receita, para a cobertura do custeio de suas atividades. O percentual da taxa foi atualizado pela Lei 12.783 de 2013, onde foi fixada alíquota de 0,4%, que incide sobre o saldo da receita operacional líquida regulatória. Em 27 de julho de 2016, através do Despacho 2.012 da ANEEL, estabeleceu-se um valor fixo mensal para a TFSEE relativas as competências de julho de 2016 a junho de 2017.

(iii) P&D

Conforme as Resoluções Aneel 316 de 2008 e 504 de 2012, as concessionárias e permissionárias de serviço público devem destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida regulatória para destinação a projetos de pesquisa e desenvolvimento. Os saldos não aplicados são atualizados mensalmente pela taxa Selic, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização.

19. Partes relacionadas (Controladora)

Os principais saldos com partes relacionadas apresentados em 31 de dezembro de 2016 e 2015 na Companhia decorrem de transações junto a Controladora e empresas do Grupo, os quais:

19.1. Ativo

	Nota	2016	2015
Octobra markon alemat (1)		E 404 000	0.007.775
Contas a receber - aluguel (i)		5.194.889	3.387.775
Dividendos a receber		113.303.416	112.829.931
Outras contas a receber - não circulante (ii)		145.307	131.691
Empréstimos a receber	11	636.942.003	334.929.622
Ativo disponível para venda (iii)		40.467.228	35.492.843

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

- (i) Saldo refere-se a contas a receber e receita de aluguel para controladas, coligadas, e outras empresas referente ao imóvel registrado como propriedade para investimento na Controladora (nota explicativa 14).
- (ii) Valores referentes a pagamentos de despesas administrativas entre as Companhias do grupo.
- (iii) Em 06 de fevereiro de 2014 a Companhia adquiriu a totalidade do Capital Social da Luneng Brasil Sports Center Ltda. ("Luneng Brasil"). Em 29 de agosto de 2014 a Companhia celebrou junto a Shan Dong Luneng Tai Shan Footbal Club Limited ("Luneng") em acordo de custódia a transferência para a Luneng de todos os direitos e poderes para administração da Luneng Brasil. Em contrapartida a Luneng mantem a Companhia isento de quaisquer variações que sejam observadas no patrimônio da Luneng Brasil. O acordo de custódia tem vigência de 3 anos contados a partir de junho de 2014.

19.2. Passivo

	Nota	2016	2015
Empréstimo - partes relacionadas	17	2.200.071.132	2.390.280.479
Dividendos a pagar		111.116.435	84.318.614

19.3. Resultado

	Nota	2016	2015
Receita de aluguel (i) Despesa de juros de empréstimo		10.251.792 (70.373.072)	9.663.203 (56.113.774)

⁽i) Saldo refere-se à receita dos aluguéis do imóvel classificado como propriedade para investimento. Os mesmos são alugados para controladas, controladas em conjunto e outras empresas do Grupo.

19.4. Garantias

A SGBH está como garantidora de contratos de empréstimos e financiamentos das controladas em conjunto, como se segue:

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2016	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
ACTE (ii) MRTE (ii)	Financiamento LP Risco de construção	42.255.000 7.900.000	28/10/2015 29/01/2014	09/04/2017 28/02/2017
MRTE (ii)	Financiamento LP	48.739.492	25/04/2016	15/07/2030
PPTE (ii) ETIM (ii)	Execução Fiscal Execução Fiscal	2.843.209 661.041	20/07/2016 03/10/2016	20/07/2021 03/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	16.132.326	21/10/2016	21/10/2021
ITE (ii) ITE (ii)	Execução Fiscal Execução Fiscal	426.560 333.005	21/10/2016 21/10/2016	21/10/2021 21/10/2021
ITE (ii)	Execução Fiscal	849.840	21/10/2016	21/10/2021
SMTE (ii) SMTE (ii)	Execução Fiscal Execução Fiscal	847.028 5.664.115	14/10/2016 27/04/2016	14/10/2021 26/04/2021
XRTE (ii)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
Belo Monte (iii) Belo Monte (iii)	Risco de construção Financiamento CP	127.500.000 205.530.000	12/01/2015 14/11/2016	13/07/2018 15/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	200.000.000	25/10/2016	16/07/2017
Belo Monte (iii) Belo Monte (iii)	Financiamento CP Financiamento CP	12.750.000 12.750.000	26/10/2016 04/11/2016	24/04/2017 24/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	38.250.000	16/11/2016	03/05/2017
Belo Monte (iii) Belo Monte (iii)	Financiamento CP Financiamento CP	12.750.000 193.800.000	17/11/2016 26/12/2016	15/05/2017 17/03/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	20.400.000	14/10/2016	23/06/2017

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Controlada em conjunto	Tipo de empréstimo	Valor garantido em 31/12/2016	Data de assinatura do contrato	Data de vencimento
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	110.000.000	14/10/2016	15/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	98.163.265	14/10/2016	15/04/2017
Belo Monte (iii)	Financiamento CP	158.218.695	12/01/2015	15/04/2017
Guaraciaba (iii)	Risco de construção	23.970.000	28/02/2016	29/01/2017
Matrinchã (iii)	Risco de construção	45.900.000	30/10/2016	28/02/2017
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	276.264.450	28/03/2014	19/05/2018
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	33.150.000	28/03/2014	26/06/2017
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	25.500.000	28/03/2014	30/08/2018
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	91.800.000	28/03/2014	10/08/2018
Paranaíba (iii)	Financiamento LP	307.530.000	24/10/2015	15/10/2030
			Data de	
Controlada	The state of the s	Valor garantido	assinatura do	Data de
em conjunto	Tipo de empréstimo	em 31/12/2015	contrato	vencimento
Araraquara (i)	Financiamento LP	12.543.396	23/07/2015	02/09/2016
ACTE (ii)	Financiamento LP	42.255.000	28/10/2015	09/04/2017
MRTE (ii)	Risco de construção	7.900.000	29/01/2014	29/04/2016
PPTE (ii)	Execução Fiscal	2.330.274	10/10/2013	13/10/2015
XRTE (ii)	Risco de construção	700.000.000	30/09/2015	01/03/2020
Belo Monte (iii)	Risco de construção	127.500.000	09/06/2014	13/07/2018
Belo Monte (iii)	Financiamento ĆP	205.530.000	12/01/2015	13/07/2018
Guaraciaba (iii)	Financiamento CP	204.000.000	14/12/2015	21/06/2016
Guaraciaba (iii)	Risco de construção	23.970.000	10/05/2015	28/02/2016
Luziânia (iii)	Financiamento LP	16.620.900	01/04/2015	01/04/2016
Luziânia (iii)	Financiamento CP	7.650.000	06/10/2015	30/09/2016
Matrinchã (iii)	Risco de construção	45.900.000	28/10/2015	28/02/2016
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	276.264.450	28/03/2014	19/08/2016
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	33.150.000	28/03/2014	26/06/2017
Matrinchã (iii)	Financiamento LP	25.500.000	28/03/2014	08/12/2016
Paranaíba (iii)	Financiamento LP	276.702.540	24/10/2015	15/10/2030

- (i) Após um ano do financiamento, a Araraquara solicitou a substituição da carta fiança por outra do mesmo molde, porém com o valor equivalente a 12 vezes do valor da primeira prestação de serviço da dívida decorrente do presente contrato, incluindo-se principal da dívida, juros, comissões e despesas. O valor da primeira prestação foi de R\$1.045.283.
- (ii) Valor garantido referente a 100% do valor financiado/emprestado. O valor garantido da PPTE continua na lista mesmo após o vencimento, pois ainda não foi solicitada a baixa da carta fiança. A Companhia está trabalhando para emissão de nova carta fiança.
- (iii) A Companhia possui o capital social de 51% das empresas, com isso o valor garantido dos empréstimos e financiamentos é de 51% sobre o valor total.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

20. Provisão para contingências

a) Contingências prováveis (provisionadas)

A Companhia e suas controladas, no curso normal de suas operações, estão envolvidas em processos legais, de natureza cível, tributária, trabalhista e ambiental. A Companhia e suas controladas constituem provisões para processos legais a valores considerados pelos seus assessores jurídicos e sua Administração como sendo suficientes para cobrir perdas prováveis. Essas provisões são apresentadas de acordo com a natureza das correspondentes causas:

	2016		2015		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Tributária	-	16.888.879	-	16.778.729	
Cível	-	2.500.132	-	2.591.031	
Servidões	-	27.954.987	-	870.722	
Ambiental	289.054	1.255.421	-	24.778.272	
Trabalhista	-	870.723	271.742	1.205.643	
	289.054	49.470.142	271.742	46.224.397	

Reembolso de contingências

Por meio dos contratos de compra e vendas das controladas do Grupo que já estavam em operação (conforme apresentado na nota explicativa 3). Foram firmados contratos e seus respectivos aditamentos com as vendedoras. Elas se comprometeram a assumir todos os custos de defesa e condenação relativos às quaisquer demandas administrativas e/ou judiciais, relacionadas às empresas, nos termos e condições previstos no Contrato. Assim, a Companhia efetuou o registro de direito a reembolso para as contingências apresentadas como prováveis, visto que estas estão suportadas pelo Contrato. Apresentamos a seguir os montantes de causas prováveis por controlada para as quais foram registrados montantes correspondentes a reembolsos na linha de outros ativos não circulantes:

2016	2015
168.250	168.250
13.212.335	13.212.335
68.054	68.054
3.070.722	3.070.722
5.214.215	5.214.215
21.733.576	21.733.576
	168.250 13.212.335 68.054 3.070.722 5.214.215

b) Contingências possíveis (não provisionadas)

Os consultores jurídicos analisaram a posição de todos os processos nos quais a Companhia e suas Controladas figura como ré e estimaram as perdas possíveis em:

	2016		2015		
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Tributária	-	138.915.676	-	94.898.295	
Cível	-	37.264.562	-	13.244.286	
Ambiental	-	17.134.975	-	86.037	
Trabalhista	282.450	10.305.377	1.117.324	14.832.432	
	282.450	203.620.590	1.117.324	123.061.050	

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

21. Patrimônio líquido (Controladora)

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$2.494.172.500 dividido em 2.494.172.500 de ações ordinárias nominativas com valor de R\$1 cada.

Em 13 de outubro de 2015 foram subscritas 470.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 11 de novembro de 2015 houve novo aumento de capital mediante emissão de 900.000.000 ações ordinárias e nominativas, subscritas ao preço de R\$1,00 cada, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited, mediante a conversão de parte da dívida contratada com a SGID nas datas de 18 de julho de 2014, 31 de agosto de 2014 e 13 de janeiro de 2015. Do montante total, o valor de R\$1.786.000 já foi aprovado pela Administração e ainda não foi integralizado até a data de 31 de dezembro de 2015.

Em 18 de março de 2016 foram subscritas 421.157.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$421.157.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 23 de maio de 2016 foram subscritas 240.000.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$240.000.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 22 de agosto de 2016 foram subscritas 897.299.860 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$897.299.860, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

Em 10 de novembro de 2016 foram subscritas 380.855.000 ações ordinárias e nominativas, ao preço de R\$1,00 cada, totalizando R\$380.855.000, integralizadas em moeda nacional pela acionista International Grid Holdings Limited.

O capital social, em 31 de dezembro de 2016, subscrito é de R\$5.803.484.360 (R\$3.862.386.500, em 31 de dezembro de 2015), ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, as quais estão totalmente integralizadas em moeda corrente do país dividido em 5.803.484.360 ações ordinárias nominativas com valor de R\$1,00 cada.

A composição acionária está demonstrada a seguir:

	_ 2016 e 2015
Top View Grid Investment Limited	0,0001%
International Grid Holdings Limited	99,9999%
	100%

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações.

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

c) <u>Dividendos</u>

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, calculados conforme abaixo:

	2016	2015
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	1.066.696.857	(1.063.178.992)
Absorção de prejuízo	(961.198.720)	· -
Reserva legal (5%)	(5.274.907)	-
Base de cálculo para os dividendos	100.223.230	
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	25.055.811	-

22. Conciliação do imposto de renda e contribuição social (IR e CS)

	2016	2015
	Controladora	Controladora
Lucro antes do IR e CS	1.069.555.624	(1.060.126.792)
Alíquota nominal	(363.648.912)	360.443.109
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições/exclusões não dedutíveis Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo) Imposto de renda e contribuição social	360.827.234 (37.095) (2.858.773)	(360.499.165) (2.996.144) (3.052.200)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro real:

	2016	2015
	Consolidado	Consolidado
Lucro antes do IR e CS	1.777.363.378	(65.964.715)
Alíquota nominal	(612.815.999)	22.428.003
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva Adições/exclusões não dedutíveis Variação cambial Juros indedutíveis Adição de Contribuição Social a base do IR Incentivos Fiscais (Lei Rouanet/Desportivo) Outros	314.409.505 197.848.624 (22.704.102) (11.549.443) 3.041.951 (70.257.546)	(11.687.891) (135.735.992) (17.854.451) (12.840.384) 2.273.479 41.291.188
Imposto de renda e contribuição social	(201.347.696)	(134.350.546)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

Resultado consolidado das companhias que aderiram ao lucro presumido:

	2016	2015
	Consolidado	Consolidado
Receita bruta	499.570.794	90.370.852
Base de cálculo (8%)	39.965.664	7.229.668
Outras receitas	10.605.921	6.927.371
Base de cálculo IR	50.571.584	14.157.039
IR devido	(12.386.267)	(3.467.260)
(+) IR diferido	6.766.999	21.806.619
Base de cálculo (12%) Outras receitas Base de cálculo CS CS devido (+) CS diferido	59.948.495 10.605.921 70.554.416 (6.349.272) 1.171.895	10.844.502 6.927.371 17.771.873 (1.599.469) 8.183.016
Total de IR e CS	(10.796.645)	24.922.907

23. Receita operacional líquida

	2016		2	2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado	
Receita operacional bruta	10.251.792	1.482.069.145	9.942.627	1.225.814.582	
Receita de operação e manutenção	-	176.955.014	-	170.274.673	
Remuneração dos ativos financeiros	-	916.642.327	-	913.116.527	
Receita de construção	-	379.359.974	-	133.513.507	
Receita de aluguel	10.251.792	9.111.830	9.663.203	8.630.451	
Outras	-	-	279.424	279.424	
Deduções da receita operacional	(950.400)	(145.256.277)	(930.136)	(121.375.315)	
PIS/COFINS	(950.400)	(99.282.756)	(930.136)	(75.761.879)	
RGR	· -	(24.879.754)	· -	(25.589.686)	
P&D	-	(8.775.796)	-	(9.017.509)	
CDE	-	(1.977.743)	-	(4.782.266)	
TFSEE	-	(3.861.980)	-	(2.181.303)	
Proinfa	-	(6.416.456)	-	(4.033.796)	
Outras	-	(61.792)	-	(8.876)	
	9.301.392	1.336.812.868	9.012.491	1.104.439.267	

24. Custo da operação

	2016		2016		20)15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Pessoal	-	(58.990.578)	-	(57.750.352)		
Material	(60.706)	(7.712.752)	-	(8.548.875)		
Serviços de terceiros	(1.536.416)	(12.845.504)	-	(16.850.034)		
Depreciação	(1.959.328)	(1.940.295)	(1.959.328)	(1.727.870)		
Custo de construção	· -	(379.359.974)	· -	(133.513.507)		
Custo de operação e manutenção	-	(24.463.588)	-	(15.031.072)		
Outros	(1.262.413)	(22.634.332)	-	(16.839.145)		
	(4.818.863)	(507.947.023)	(1.959.328)	(250.260.855)		

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

25. Despesas gerais e administrativas

	20	2016		2016 2015)15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado		
Pessoal	(5.634.149)	(65.502.268)	(5.646.020)	(43.362.378)		
Serviços de terceiros	(6.170.535)	(15.282.960)	(6.413.522)	(16.035.478)		
Arrendamentos e aluguéis	(253.679)	(738.192)	(273.618)	(1.976.905)		
Provisão	(612.478)	(5.249.764)	(656.439)	(2.586.640)		
Tributos	(336.986)	(1.913.346)	(4.938.212)	(18.146.761)		
Depreciação e amortização	(3.046.513)	(3.996.576)	(3.071.611)	(3.646.025)		
Gastos diversos	(12.015.773)	(20.613.116)	(9.781.887)	(13.264.336)		
Outros	(606.878)	(6.480.706)	(818.170)	(3.264.039)		
	(28.676.991)	(119.776.928)	(31.599.479)	(102.282.562)		

26. Outras receitas/(despesas) operacionais

	2016		20	15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Rendas da prestação de serviços	22.805	32.996.362	-	20.482.104
Demais receitas e rendas	-	61.985	=	380.683
Tributos sobre receitas	-	(3.731.750)	-	(2.200.641)
Pessoal	-	(8.649.341)	=	(670.297)
Depreciação e amortização	-	(1.258.773)	-	(771.916)
Outros (i)	-	(2.701.783)	=	(4.549.694)
	22.805	16.716.700	-	12.670.239

Nesse grupo foram registradas receitas e despesas provenientes atividades não vinculadas a concessão: Contrato de Prestação de Serviço de Operação e Manutenção (CPSOM), Centro de Operação do Sistema (COS) e Contratos de Compartilhamento de Infraestrutura (CCI) referentes as controladas.

27. Resultado financeiro

	2016		20)15
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Receita financeira	807.384.068	1.344.207.436	397.194.413	658.776.181
Receitas de aplicações financeiras	24.783.474	71.041.537	39.720.960	88.857.865
Juros sobre empréstimos	43.364.185	43.364.185	16.541.998	16.541.998
Outras	2.563.520	635.928	(828.193)	(4.525.434)
Variação cambial	736.672.889	1.229.165.786	341.759.648	557.901.752
Despesa financeira	(455.505.073)	(825.906.421)	(1.366.843.583)	(2.342.768.509)
Variações cambial	(337.612.255)	(567.136.063)	(1.290.414.584)	(2.121.116.721)
Juros sobre empréstimos e financiamentos - terceiros Juros sobre empréstimos - partes	-	(73.150.978)	-	(78.390.965)
relacionadas	(70.373.072)	(122.020.558)	(56.113.774)	(112.194.378)
Outras	(47.519.746)	(63.598.822)	(20.315.225)	(31.066.445)
	351.878.995	518.301.015	(969.649.170)	(1.683.992.328)

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

28. Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle é previamente aprovada pela Diretoria.

Em 2016 e 2015, a Companhia e suas controladas não registraram investimentos mantidos até o vencimento ou ativos financeiros disponíveis para a venda. O valor justo dos recebíveis não difere de forma relevante dos saldos contábeis, pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável, exceto pelo saldo de propriedade para investimentos.

Os instrumentos financeiros constantes do balanço patrimonial apresentam-se pelo valor contratual, que é próximo ao valor de mercado. Para determinação do valor de mercado foram utilizadas as informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas para cada situação.

28.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Ativos mensurados pelo		20	16	2015	
valor justo	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Caixa e equivalentes de caixa	7	397.333.036	838.620.969	81.525.207	309.631.021
Títulos e valores mobiliários	8	-	54.751.984	-	52.132.551
Contas a receber - aluguéis Ativo financeiro amortizável e	19	5.194.889	5.097.408	3.387.775	3.294.372
indenizável	12	_	6.232.201.167	-	5.565.389.681
Empréstimos a receber - partes					
relacionadas	11	636.942.003	636.942.003	334.929.622	278.548.555
		1.039.469.928	7.767.613.531	419.842.604	6.208.996.180
Ativos mensurados pelo		20	016	20	015
custo amortizado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
					_
Adiantamentos a fornecedores		432.191	11.717.457	197.541	7.236.725
Concessionárias e permissionárias	9		122.623.293		117.371.604
		432.191	134.340.750	197.541	124.608.329
Passivos mensurados pelo		20	016	20	15
Custo amortizado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Custo amortizado	Nota	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Fornecedores - terceiros		130.592	34,499,364	3.519.215	12.677.061
Fornecedores - partes relacionadas	19	-	323	-	15.037
Empréstimos e financiamentos - terceiros	17	-	862.422.215	_	861.778.819
Empréstimos - partes relacionadas	17	2.200.071.132	3.101.642.624	2.390.280.479	4.023.684.713
•					·
		2.200.201.724	3.998.564.526	2.393.799.694	4.898.155.630

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

28.2. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia e suas controladas são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia e suas controladas são:

a) Riscos de mercado

A utilização de instrumentos financeiros pela Companhia e suas controladas têm como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer hedge contra esses riscos, porém, estes são monitorados pela Administração do Grupo, que periodicamente avalia a exposição da Companhia e propõe estratégia operacional, sistema de controle, limites de posição e limites de créditos com os demais parceiros do mercado. A Companhia e suas controladas também não praticam aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos.

b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo de seus empréstimos e financiamentos indexados a taxas de juros pré-fixadas, no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia e suas controladas efetuarem o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

c) Riscos cambiais

Os resultados da Companhia e suas algumas controladas estão suscetíveis de sofrer variações, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre as transações atreladas às moedas estrangeiras, principalmente em operações empréstimos. O Grupo faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e até o presente momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção visto que os principais empréstimos do Grupo em dólar são contratados junto a SGID, assim, os ganhos e perdas em função da variação das taxas cambiais ficam consolidados no Grupo.

Análise de sensibilidade de variações na moeda estrangeira

A Companhia calcula a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do U\$\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, dos empréstimos com contratação em moeda estrangeira. A análise de sensibilidade foi realizada para o valor justo dos instrumentos financeiros de moeda estrangeira. O cenário atual é o valor justo em 31/12/2016. Consideramos a mudança na variável de risco de -5% e +5% respectivamente, em:

	31/12/2016	-5%	5%
Empréstimos	2.200.071.132	(104.570.083)	109.798.587

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

d) Risco de crédito

Os riscos de crédito são minimizados em virtude dos recebíveis das controladas serem essencialmente junto à ONS, apresentando baixo nível de atrasos nos recebimentos.

e) Risco de liquidez

A Companhia e suas controladas acompanham o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas e empréstimos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração do Grupo através de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia.

30. Gestão do capital

A Companhia e suas controladas utilizam capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros visa otimizar sua estrutura de capital e monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração de capital é assegurar a continuidade dos negócios e maximizar o retorno ao acionista.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

31. Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a cobertura de seguros da Companhia e suas controladas contra riscos operacionais era composto por danos materiais, para lucros cessantes e para responsabilidade civil.

__._

Natureza	2016		2015	
	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
Responsabilidade civil	-	10.000.000	-	7.000.000
Seguro patrimonial	150.000	1.917.116.736	157.334.000	1.826.957.925
Veículos	-	737.438	=	662.861
	150.000	1.927.854.174	157.334.000	1.834.620.786

Notas explicativas às demonstrações financeiras (controladora e consolidada) 31 de dezembro de 2016 e 2015 (Em reais)

32. Eventos subsequentes

Em 02 de janeiro de 2017 foi realizada reestruturação societária entre empresas investidas pela SGBH. A SGBH-E e a SGBH-T foram incorporadas por suas investidas, ETEE e ETIM, respectivamente. Ambas as empresas não possuíam operação relevante além do investimento nas duas transmissoras e a incorporação reversa não gerou impactos operacionais significativos. Ambas as operações societárias foram aprovadas através do Ofício nº 701/2016-SFF/ANEEL, datado de 30 de dezembro de 2016.